



ENTIDADE SINDICAL DE TRABALHADORES CONVENENTE

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE COURO DE SÃO LEOPOLDO, CNPJ: 96.758.073/0001-16, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 28.03.2008, no município de São Leopoldo (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Cirio Francisco da Silva, CPF nº 023.077.900-04, e por seu procurador, advogado Otacilio Silveira Goulart Filho, OAB/RS 52.179 e CPF nº 324.622.040-91,

ENTIDADES SINDICAIS PATRONAIS CONVENENTES

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE COURO DE SÃO LEOPOLDO, CNPJ: 96.758.024/0001-83, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 26.03.2008, no município de São Leopoldo (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Élio Eulalio Grisa, CPF nº 004.586.270-20 e por sua procuradora, advogada Gisele de Moraes Garcez, OAB/RS 68.534 e CPF nº: 526.160.020-00.

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS E DE CURTIMENTO DE COURO E PELES DE ESTÂNCIA VELHA (nova denominação do Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couros e Peles de Estância Velha – Registro de Alteração Estatutária publicado no DOU de 08.08.2007, à página 84), CNPJ: 00.475.611/0001-96, autorizado pela assembléia geral da categoria, realizada em 15.10.2007, no município de Estância Velha (RS), representado, neste ato, por seu presidente, Sr. Charles Albino Augustin, CPF nº 279.410.780-15, e por sua procuradora, advogada Gisele de Moraes Garcez, OAB/RS 68.534 e CPF nº: 526.160.020-00.

Nos termos do disposto no art. 614 da Consolidação das Leis do Trabalho e na Instrução Normativa nº 06, de 2007, da Secretaria de Relações do Trabalho, requerem o registro da presente Convenção Coletiva de Trabalho.

Para tanto, apresentam 6 (seis) vias originais do instrumento a ser registrado e arquivado.


São Leopoldo, RS, 30 de maio de 2008.



Cirio Francisco da Silva – Presidente
REPRESENTANTE DO SINDICATO DE TRABALHADORES



Rubrica



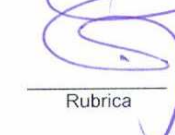
Otacilio Silveira Goulart Filho
PROCURADOR DO SINDICATO DE TRABALHADORES




Rubrica




Élio Eulalio Grisa - Presidente
REPRESENTANTE DO SIND. DAS IND. DE ARTEFATOS DE COURO DE SÃO LEOPOLDO



Rubrica



Charles Albino Augustin - Presidente
REPRESENTANTE DO SIND. DAS IND. DE ART. E DE CURT. DE COURO E PELES DE ESTÂNCIA VELHA



Rubrica



Gisele de Moraes Garcez
PROCURADORA DOS SINDICATOS PATRONAIS



Rubrica



CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2008

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE COURO DE SÃO LEOPOLDO

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS DE COURO DE SÃO LEOPOLDO E

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS DE ARTEFATOS E DE CURTIMENTO DE COUROS E PELES DE ESTÂNCIA VELHA (nova denominação do Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couros e Peles de Estância Velha – Registro de Alteração Estatutária publicado no DOU de 08.08.2007, à página 84).

estabelecem entre si a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, na forma dos artigos 611 e seguintes, da Consolidação das Leis do Trabalho, mediante as cláusulas que seguem:

CLAUSULAMENTO

01. ABRANGÊNCIA

Esta convenção abrange e atinge os empregados integrantes da categoria profissional representada pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de São Leopoldo e com atuação nas empresas enquadradas nas categorias econômicas representadas pelo Sindicato das Indústrias de Artefatos de Couro de São Leopoldo, localizadas nos municípios de São Leopoldo, Campo Bom, Sapucaia do Sul e Sapiranga, e pelo Sindicato das Indústrias de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles de Estância Velha (nova denominação do Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couros e Peles de Estância Velha – Registro de Alteração Estatutária publicado no DOU de 08.08.2007, à página 84), localizadas no município de Dois Irmãos.

02. REAJUSTE SALARIAL

Em 1º de maio de 2008, os empregados abrangidos por esta Convenção terão seus salários, resultantes do estabelecido na Cláusula nº 02 da Convenção Coletiva de Trabalho com vigência a partir de 01.05.2007 e protocolada junto à Delegacia Regional do Trabalho sob nº 46218.007816/2007-02, majorados em 6,0% (seis por cento), limitado o valor desta majoração a um aumento máximo de R\$165,00 (cento e sessenta e cinco reais) nos salários fixados por mês ou de R\$0,75 (setenta e cinco centavos) nos salários fixados por hora.

02.01. Os empregados admitidos a partir de 1º.05.2007 terão seus respectivos salários admissionais majorados na mesma proporção do salário de exercente do mesmo cargo ou função, de modo a que reste sempre preservada a hierarquia salarial; em se tratando de empregado sem paradigma ou de empresa constituída e em funcionamento após 1º.05.2007, o salário admissional será reajustada à razão de 1/12 (um doze avos) da majoração salarial estabelecida no "caput" desta cláusula, multiplicado pelo número de meses ou fração superior a 15 (quinze) dias transcorridos desde a admissão.

02.02. Serão compensadas todas as majorações salariais concedidas a contar de 1º.05.2007, inclusive, salvo as decorrentes do pactuado na cláusula nº 02 do acordo revisando e as definidas como não compensáveis pela antiga Instrução nº 04/1993, do Tribunal Superior do Trabalho.

02.03. Não haverá a incidência da majoração ora estipulada sobre remuneração de ordem variável, isto é, prêmios e comissões.

02.04. Os salários resultantes do ora clausulado serão arredondados, se for o caso, para a unidade de centavo de real imediatamente superior.

02.05. Em hipótese alguma, decorrente do antes clausulado, poderá o salário de empregado mais novo na empresa, independentemente de cargo ou função, ultrapassar o de mais antigo.

02.06. Fica perfeitamente esclarecido que a majoração salarial pactuada foi estabelecida de forma

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO - 2008



transacional.

03. SALÁRIO NORMATIVO

Fica estabelecido um "salário normativo" no valor de R\$2,05 (dois reais e cinco centavos) por hora, a vigorar na data da admissão, e no valor de R\$2,22 (dois reais e vinte e dois centavos) por hora, a vigorar no primeiro dia do mês seguinte ao que o empregado completar 180 (cento e oitenta) dias no emprego.

03.01. Ao empregado que comprove já ter trabalhado mais de 6 (seis) meses em empresa da mesma categoria específica da empregadora, fica assegurado, no mês seguinte ao que completar 90 (noventa) dias no emprego, o segundo "salário normativo" supra fixado.

03.02. O valor dos salários normativos somente será corrigido por aditivo à presente convenção coletiva de trabalho.

03.03. Esses "salários normativos" não serão considerados, em nenhuma hipótese, "salário profissional", ou substitutivo do salário mínimo legal, nem mesmo para fins de incidência do adicional de insalubridade.

04. ADICIONAL POR TEMPO DE SERVIÇO

O "Adicional por Tempo de Serviço - ATS", estabelecido na cláusula nº 04 do acordo firmado nos autos do Proc. TRT-RVDC nº 94.008896-7, para vigorar a partir de 1º de agosto de 1994, é mantido na base de 2,0% (dois por cento), a incidir sobre a parcela até R\$874,50 (oitocentos e setenta e quatro reais e cinquenta centavos) do salário básico (horas normais e de repouso) vencido no mês, do empregado beneficiado, por quinquênio completo de efetivo serviço prestado à respectiva empregadora.

04.01. A vantagem será devida a partir do dia primeiro do mês seguinte ao que o empregado completar 5 (cinco) anos de efetivo serviço, ou múltiplos de 5 (cinco) anos.

04.02. Na apuração do tempo de serviço retroagir-se-á apenas até 1º.05.1989, ou seja, pelo tempo de serviço transcorrido até 1º.05.1994 nenhum empregado fará jus a mais de um quinquênio, e serão computados todos os períodos trabalhados na mesma empresa, a partir de 1º.05.1989, ainda que descontínuos, não se computando os períodos anteriores a essa data e os de suspensão do contrato de trabalho.

04.03. A vantagem é limitada a um máximo de 5 (cinco) quinquênios.

04.04. Os valores já auferidos por empregados a título de "Adicional de Tempo de Serviço - ATS", os quais excedam os limites supra, serão mantidos inalterados ("congelados").

05. PAGAMENTO DE SALÁRIOS

O pagamento dos salários devidos deverá ocorrer, no máximo, até o 5º (quinto) dia útil após o vencimento. Inobservado este prazo, haverá incidência de multa a favor do respectivo empregado, em valor correspondente a 1/30 (um trinta avos) do salário mínimo por dia de atraso, até o limite de 1 (um) salário mínimo vigente na data do pagamento da multa, não podendo ultrapassar o valor do salário em atraso.

06. ADIANTAMENTO SALARIAL

Entre o 15º (décimo quinto) e o 20º (vigésimo) dia após o pagamento dos salários, as empresas concederão a seus empregados, que não tenham registrado mais do que 3 (três) faltas injustificadas ao serviço, um adiantamento de 40% (quarenta por cento) do salário básico mensal vigente no mês anterior.

06.01. Os empregados que não desejarem receber adiantamento salarial comunicarão essa circunstância à empregadora, por escrito, devendo adotar idêntico procedimento, na hipótese de que, posteriormente, queiram voltar a ter concedido referido adiantamento.



07. DESCONTOS AUTORIZADOS

Sindicato dos Trabalhadores e Sindicatos Patronais acordam, para os fins previstos no art. 462, da Consolidação das Leis do Trabalho, que as empresas somente poderão efetuar descontos em folha de pagamento de seus empregados, quando expressamente autorizados e quando se referirem a empréstimos bancários na forma da Lei nº 10.820, de 17.12.2003, associações, clubes, cooperativas, seguros, convênio com farmácias, clínicas, hospitais, funerárias, supermercados, lojas, compras no próprio estabelecimento, inclusive ferramentas e utensílios de trabalho não devolvidos, transporte e alimentação, bem como compras intermediadas pelo SESI.

07.01. Os descontos somente poderão ser efetivados mediante expressa autorização do empregado interessado, valendo o registro no recibo de pagamento de salário como comprovante e quitação.

07.02. As empresas deverão promover, também, o desconto das mensalidades de sócios do Sindicato dos Trabalhadores, sob a inteira responsabilidade deste, devendo tal desconto constar, sob rubrica própria, nos recibos de pagamento de salários.

07.03. O somatório dos descontos realizados com base no previsto no "caput" desta cláusula não poderá exceder a 70% (setenta por cento) do salário-base do empregado no mês.

08. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO DE TRABALHO

Como forma de dirimir dúvidas e por terem pleno conhecimento de que os locais e condições de trabalho dos integrantes da categoria profissional são perfeitamente adequados ao exercício de suas atividades laborais, Sindicato dos Trabalhadores e Sindicatos Patronais, de comum e expresse acordo, declaram suprida a formalidade de que trata o art. 60 da CLT e, em decorrência, nos termos do inc. XIII, do art. 7º, da Constituição Federal, estabelecem que fica mantido, de forma definitiva, para as empresas que o adotaram ou venham a adotar, o regime de supressão total ou parcial do trabalho aos sábados, ocorrendo a compensação do horário suprimido através do trabalho excedente nos demais dias da semana, observando-se os limites de 10 (dez) horas diárias e 44 (quarenta e quatro) semanais.

08.01. A faculdade outorgada às empresas restringe-se ao direito de estabelecer (expressa ou tacitamente) ou não o regime de compensação de horário. Estabelecido o regime, não poderão suprimi-lo sem a concordância do empregado, salvo se decorrer de imposição legal.

08.02. A revogação do contido nesta cláusula somente poderá ocorrer mediante expressa disposição em revisões de dissídios coletivos, sentenças normativas ou convenções coletivas futuras.

09. COMPENSAÇÃO ESPECIAL

As empresas, sem que seja necessário acordo ou outro instrumento escrito, poderão flexibilizar a jornada de trabalho de seus empregados, nas seguintes condições:

a. Poderão exigir prestação de serviços além da jornada normal de trabalho diária ou a 44 (quarenta e quatro) horas semanais, sem que estas horas prestadas sejam consideradas como extras, observado o limite mensal de 40 (quarenta) horas excedentes;

b. A exigência de prestação de serviços além da jornada normal de trabalho não poderá ultrapassar a 2 (duas) horas diárias, ou a 10 (dez) horas no total diário, e será cumprida de segundas a sábados;

c. Em contrapartida à exigência desta prestação de serviços, as empresas concederão folgas compensatórias aos empregados, comunicados com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas;

d. O prazo de duração do ora pactuado será o dos anos civis de 2008 e 2009, devendo as eventuais diferenças a favor do empregado serem pagas em rubrica destacada nas folhas de pagamentos do mês de janeiro de 2009 e 2010, respectivamente, facultado às empresas, porém, a possibilidade de estabelecerem com seus empregados a periodicidade que melhor consulte os seus interesses, inclusive com a instituição de mais de um período, cuja soma não poderá ultrapassar a vigência desta convenção;



e. O cancelamento do ora acordado poderá ser feito a qualquer momento, mediante comunicação ao Sindicato Profissional e aos empregados, devendo ser pagas como horas extraordinárias as horas excedentes e ainda não compensadas;

f. A jornada flexível poderá ser adotada em toda a empresa, em unidades fabris ou em linhas de atividades, de conformidade com a conveniência das empresas;

g. Na execução do ora pactuado as empresas levarão em conta as situações excepcionais de empregados estudantes e de empregadas com filhos em idade inferior a 7 (sete) anos;

h. A implantação do sistema deverá ser comunicada aos empregados com antecedência de 24 (vinte e quatro) horas e, em caso de necessidade de modificação do sistema implantado, esta deverá ser submetida aos empregados atingidos pela alteração e somente será implementada se aprovada por 2/3 (dois terços) dos mesmos.

i. A implantação do sistema de flexibilização da jornada poderá iniciar tanto com a concessão de folgas, para posterior compensação mediante trabalho além da jornada normal, como com a prestação de serviços além da jornada normal, para posterior compensação através do gozo de folgas, desde que observadas as demais condições estabelecidas nas alíneas antecedentes, inclusive o prazo de 24 (vinte e quatro) horas de antecedência, para comunicação, aos empregados, da ocorrência de trabalho excedente à jornada normal ou de gozo de folgas.

10. COMPENSAÇÃO DE HORÁRIO PARA O GOZO DE FOLGAS

Poderá haver supressão do trabalho em determinado dia ou dias, mediante compensação com trabalho em outro ou outros dias, ou com supressão de trabalho e salário, com vistas ao alargamento de períodos de repouso semanal ou de feriados, bem como por ocasiões especiais como as de Natal, Ano Novo, Carnaval, etc.

10.01. Para efetivação do ora estipulado, deverá haver adesão mínima de 80% (oitenta por cento) dos empregados, comprovável em documento que contenha as assinaturas dos empregados.

10.02. Estabelecida a compensação, ficarão os discordantes minoritários obrigados a cumpri-la, sob pena de aplicação, pela empresa, de sanções disciplinares.

11. MARCAÇÃO DE PONTO

As empresas poderão dispensar seus empregados da marcação de ponto na saída e na volta do intervalo do meio-dia (para refeições e descanso), restando certo, porém, que a não marcação de ponto não poderá implicar em considerar-se, em qualquer caso, este intervalo como de trabalho.

11.01. Objetivando não expor os empregados à intempérie e a mau tempo, inclusive frio, é facultado às empresas franquear a entrada de empregados em suas dependências e o ponto (relógio e/ou livro ponto) até 10 (dez) minutos antes do início dos trabalhos, ficando esclarecido que a marcação do ponto até 10 (dez) minutos antes de cada turno de trabalho e até 10 (dez) minutos após seu término não será considerada tempo de serviço ou à disposição do empregador, por não ser tempo trabalhado, não podendo ser computado para fins de apuração de horas extraordinárias.

12. ATRASOS

O empregado que se apresentar atrasado ao serviço, em cada turno, e lhe for permitido trabalhar, não perderá o respectivo repouso semanal remunerado.

13. UNIFORMES

As empresas que exigirem o uso de uniformes em serviço deverão fornecê-los gratuitamente, ficando os empregados, então, obrigados ao uso e conservação, bem como a devolvê-los ou indenizar quando da extinção do contrato.



14. GRATIFICAÇÃO NATALINA - FÉRIAS

Quando o pagamento de férias ocorrer entre os dias 1º (primeiro) e 20 (vinte) de dezembro, deverá haver, também, o pagamento da gratificação natalina.

14.01. Para os empregados que o requeiram, até o momento em que receberem o "aviso de férias", as empresas concederão, juntamente com o pagamento relativo às férias, o adiantamento correspondente à primeira parcela da gratificação natalina (13º salário), adiantamento este previsto na Lei nº 4.749/1965 e que dirá respeito apenas à gratificação natalina correspondente ao ano em que tiver início o gozo do período de férias.

14.02. Não será devido o adiantamento de que trata a subcláusula precedente, em caso de férias coletivas ou, mesmo que individuais, gozadas nos meses de janeiro, fevereiro e março.

15. FÉRIAS

O início do período de gozo de férias não deverá ocorrer em dia de véspera de feriado ou fim-de-semana.

15.01. Será assegurado o direito à percepção de férias proporcionais ao empregado que pedir demissão.

15.02. As empresas poderão conceder férias individuais a seus empregados, por antecipação e antes de completado o respectivo período aquisitivo, considerando-se como quitado o respectivo período gozado.

16. AVISO PRÉVIO - DISPENSA DO CUMPRIMENTO

Quando a empresa fizer comunicação de aviso prévio ao empregado, ou durante o curso do mesmo, poderá o empregado solicitar a dispensa do seu cumprimento, com imediato desligamento do emprego, ficando a empresa obrigada a atendê-lo, desde que tal solicitação seja homologada pelo Sindicato dos Trabalhadores. Ocorrendo a hipótese, a empresa ficará desobrigada do pagamento do restante do prazo do aviso prévio não cumprido.

17. PEDIDO DE DEMISSÃO - AVISO PRÉVIO

O empregado que solicitar demissão do emprego deverá cumprir o prazo de aviso prévio. Tendo o empregado cumprido, no mínimo, dois terços (2/3) do respectivo prazo e não tendo registrado nenhuma falta injustificada no período, poderá exigir da empregadora o seu imediato desligamento do emprego, cessando, em consequência, na mesma data, o pagamento de salários.

18. HOMOLOGAÇÃO DAS RESCISÕES CONTRATUAIS

As rescisões de contratos de trabalho de empregados menores de dezoito anos ou analfabetos, estes desde que esclareçam tal situação quando da admissão ao emprego, deverão ser homologadas, independentemente de tempo de serviço, pelo Sindicato dos Trabalhadores, sem prejuízo da competência dos órgãos do Ministério do Trabalho.

18.01. Na hipótese de recusar-se a homologar alguma rescisão contratual, o Sindicato dos Trabalhadores deverá informar à empresa, por escrito, sua decisão.

18.02. A homologação de rescisões contratuais por justa causa não implicará em admissão, pelo empregado, da falta que lhe é imputada.

18.03. Não comparecendo, o empregado, para receber as parcelas rescisórias, na data e hora marcadas, o Sindicato dos Trabalhadores atestará, por escrito, a presença da empresa e a ausência do empregado.

18.04. O Sindicato dos Trabalhadores, sem prejuízo da competência dos órgãos do Ministério do Trabalho, poderá designar pessoa, para proceder à homologação de rescisões contratuais nos próprios estabelecimentos das empresas.



19. COMUNICAÇÃO DOS MOTIVOS DA DESPEDIDA

Ao empregado demitido sob alegação de falta grave, a empresa comunicará, por escrito, dessa decisão, informando o artigo da Consolidação das Leis do Trabalho em que ampara sua decisão.

20. GARANTIA DE EMPREGO À GESTANTE

Será concedida garantia de emprego às empregadas gestantes, salvo nos casos de justa causa, contrato de experiência ou acordo para rescisão contratual, desde a confirmação da gravidez até 5 (cinco) meses após o parto.

20.01. Essa garantia é assegurada enquanto vigente o contrato de trabalho. Em caso de rescisão contratual, por iniciativa da empresa e fora dos casos explicitados no "caput", a comprovação do estado de gravidez deverá ser efetivada até o término do prazo de aviso prévio. A comprovação posterior ao término do aviso prévio não gerará direito a essa garantia.

21. TROCA DE FUNÇÃO DA GESTANTE

As empresas, à vista de atestado médico, devidamente homologado pelo serviço médico próprio ou em convênio, e desde que haja possibilidade física de o fazer, deverão facilitar a troca de serviço das empregadas gestantes, quando o serviço normalmente exercido cause ou venha a causar prejuízos à gestação.

22. GESTANTES - REFEITÓRIO

Deverá ser dada preferência às empregadas gestantes no acesso aos refeitórios.

23. - CRECHES

As empresas com mais de 30 (trinta) empregadas, com mais de 16 (dezesesseis) anos, deverão manter à disposição destas creches para atendimento de seus filhos, até 12 (doze) meses de idade, ou estabelecer convênios especiais para tanto, com creches situadas no bairro em que localizada a empresa ou a residência da empregada, sem ônus para esta, ou, ainda, pagar diretamente a creches particulares o valor integral da utilização.

23.01. A obrigação das empresas limita-se à manutenção de 1 (um) leito para cada grupo de 30 (trinta) empregadas entre 16 (dezesesseis) e 40 (quarenta) anos.

24. GARANTIA DE EMPREGO AO ALISTADO

O empregado alistado para a prestação do serviço militar obrigatório não poderá ser demitido, salvo se por justa causa, contrato de experiência e acordo, desde o momento em que comprovar à empregadora que foi aprovado no exame seletivo de incorporação e até o fim da prestação desse serviço militar.

25. GARANTIA DE EMPREGO AO APOSENTANDO

Aos empregados que comprovarem antecipadamente à empregadora, isto é, na data em que completarem 29 (vinte e nove) anos de tempo de serviço, estarem a um máximo de 12 (doze) meses da aquisição do direito à aposentadoria ordinária por tempo de serviço, de 30 (trinta) anos, ou de 25 (vinte e cinco) anos, se mulher, ou à aposentadoria por idade, e que contem com um mínimo de 5 (cinco) anos ininterruptos de serviço prestado à atual empresa, fica garantido o emprego ou salário até o momento da aquisição daquele direito, salvo nos casos de justa causa, contrato de experiência ou acordo para rescisão contratual.

25.01. Essa garantia é assegurada apenas nos casos em que o tempo de serviço do empregado esteja inequívoca e indiscutivelmente reconhecido como tal pelo INSS.

25.02. Esta garantia será assegurada por uma única vez e não poderá ter duração por tempo superior a 12 (doze) meses.



26. AJUDA DE CUSTO AO ESTUDANTE

Para os empregados admitidos antes de 1º de maio de 2007 e que não tenham registrado mais do que 5 (cinco) faltas injustificadas ao serviço até 30.04.2008, bem como comprovem estar matriculados e freqüentando, em estabelecimento oficial ou reconhecido, em curso regular de ensino, as empresas concederão um "auxílio escolar", como ajuda de custo, não integrável, para qualquer efeito, ao salário, em valor equivalente a 20% (vinte por cento) do salário normativo admissional, em duas parcelas de 10% (dez por cento) cada uma, sendo a primeira até 31.07.2008 e a segunda até 28.02.2009.

26.01. Para fazerem jus a esta vantagem, os empregados interessados deverão formular requerimento à respectiva empregadora, anexando certificado de matrícula e de freqüência, até 10 (dez) dias antes de cada uma das datas fixadas.

26.02. O requerimento fora do prazo será tido como inexistente.

27. AUXÍLIO FUNERAL

No caso de falecimento de empregado, a empregadora pagará à sua esposa ou aos dependentes habilitados perante a Previdência Social, importância igual a 1 (um) salário mínimo.

27.01. As empresas poderão, a qualquer tempo, desobrigarem-se desta responsabilidade, instituindo seguro de vida a favor de seus empregados, com pecúlio igual ao antes fixado. Neste caso, o pagamento respectivo ficará subordinado às normas e condições estabelecidas na respectiva apólice de seguro.

28. AUSÊNCIAS JUSTIFICADAS

Em aditamento ao previsto no artigo 473, da Consolidação das Leis do Trabalho, fica assegurado que o empregado poderá deixar de comparecer ao serviço, sem prejuízo do salário, nas seguintes hipóteses:

- a. Por 1 (um) dia útil, em caso de falecimento de "sogro ou sogra".
- b. Por 1 (um) dia a cada ano, em caso comprovado de efetiva hospitalização da esposa ou filho menor de 6 (seis) anos de idade.

29. SESMT COMUM E SIPAT COMUNITÁRIA

Em consonância com o disposto no item 4.14.3 da NR-4, aprovada pela Portaria MT n. 3.214/78, com redação alterada pela Portaria MTE n. 17, de 01 de agosto de 2007, as empresas de mesma atividade econômica, localizadas em um mesmo município, ou em municípios limítrofes, cujos estabelecimentos se enquadrem no Quadro II, poderão constituir Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e em Medicina do Trabalho - SESMT COMUM, organizado pelas próprias empresas.

29.01. Por analogia ao item anterior, conforme art. 8º da CLT e item 5.51 da NR-5, aprovada pela Portaria MT n. 3.214/78 e com o respaldo do contido nos itens 5.4, 5.5 e 5.48, da mesma NR, as empresas poderão realizar e participar de Semana Interna de Prevenção de Acidentes de Trabalho - SIPAT COMUNITÁRIA, organizada pelo Sindicato Patronal.

30. COMUNICADOS OFICIAIS DO SINDICATO

As empresas deverão providenciar local adequado, preferentemente junto aos relógios-ponto, para afixação de avisos e informes de interesse do Sindicato dos Trabalhadores, sob a responsabilidade deste.

31. ATESTADOS MÉDICOS

As empresas deverão admitir como plenamente válidos, para a justificação de ausências ao serviço por doença, até 15 (quinze) dias, os atestados passados pelo serviço médico mantido pelo Sindicato



suscitante, com exclusão de qualquer outro.

31.01. Nas empresas que possuam serviço médico, próprio ou em convênio, com atendimento aos funcionários por mais de 1 (uma) hora diária, caberá exclusivamente a este serviço o abono dessas ausências, não se aplicando o contido no "caput" desta cláusula.

32. PRIMEIROS SOCORROS

As empresas ficam obrigadas a manterem em suas fábricas materiais necessários ao atendimento, como "primeiros socorros", aos seus empregados acidentados.

33. TRABALHO EM REGIME DE TEMPO PARCIAL

Para fins do estabelecido no art. 58-A da CLT, conforme redação dada pela Medida Provisória nº 2.164-41/2001, fica ajustado que a opção do empregado que, admitido para trabalhar carga horária normal, desejar passar a laborar em regime de trabalho de tempo parcial, deverá ser homologada pela respectiva entidade sindical de trabalhadores.

34. CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As empresas recolherão aos cofres do Sindicato dos Trabalhadores, diretamente na sede da entidade, importância equivalente a 6% (seis por cento) de suas respectivas folhas de pagamento de salários do mês de maio de 2008, em 5 (cinco) parcelas, sendo a primeira de 2% (dois por cento) e as demais de 1% (um por cento) cada uma, com vencimentos até 15 de junho, 15 de julho, até 15 de agosto, até 15 de setembro e até 15 de outubro de 2008, respectivamente.

35. CONTRIBUIÇÕES PATRONAIS

Em vista das despesas suportadas pelos sindicatos patronais, relacionadas ao processo negocial que culminou na celebração da presente convenção, e considerando as autorizações conferidas pelas respectivas assembléias gerais, para o estabelecimento de contribuições dos integrantes das categorias representadas ao respectivo sindicato de classe, fica estabelecido que:

a. As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato das Indústrias de Artefatos de Couro de São Leopoldo recolherão aos cofres do respectivo Sindicato Patronal, a título de "contribuição especial", conforme deliberado em assembléia geral extraordinária, importância equivalente a 6% (seis por cento) da folha de pagamento do mês de maio de 2008, em 5 (cinco) parcelas, sendo a primeira de 2% (dois por cento) e as demais de 1% (um por cento) cada uma, com vencimentos até 15 de junho, 15 de julho, até 15 de agosto, até 15 de setembro e até 15 de outubro de 2008, com limite total de R\$13.610,40 (treze mil, seiscentos e dez reais e quarenta centavos, por empresa).

b. As empresas integrantes da categoria econômica representada pelo Sindicato das Indústrias de Artefatos e de Curtimento de Couros e Peles de Estância Velha (nova denominação do Sindicato das Indústrias de Curtimento de Couros e Peles de Estância Velha – Registro de Alteração Estatutária publicado no DOU de 08.08.2007, à página 84) recolherão, a título de "contribuição especial", como deliberado em assembléia geral, aos cofres do respectivo Sindicato Patronal, importância equivalente a R\$6,00 (seis reais) por empregado existente em 1º de maio de 2008, em 3 (três) parcelas de R\$2,00 (dois reais) cada uma, por empregado existente naquela data, com vencimentos em 30.06.2008, em 31.10.2008 e em 31.03.2009, respectivamente, ficando os recolhimentos em atraso sujeitos à incidência dos mesmos acréscimos devidos aos recolhimentos ao FGTS efetuados com atraso, e sendo concedido desconto de R\$0,50 (cinquenta centavos) por empregado, à empresa que efetuar o pagamento da contribuição em uma única parcela, até 30.06.2008.

35.1. Ficam desobrigadas do previsto na alínea "b", supra, as empresas que efetuaram os recolhimentos na forma estipulada na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 15.10.2007.

36. ATRASOS NOS RECOLHIMENTOS

A efetivação dos recolhimentos de que tratam as duas cláusulas antecedentes, após os prazos nelas fixados, implicará na incidência dos mesmos acréscimos devidos aos recolhimentos ao FGTS



efetuados com atraso.

37. DIVERGÊNCIAS

Eventuais divergências oriundas da aplicação ou alcance do disposto nesta convenção serão dirimidas pela Justiça do Trabalho.

38. PROCESSO DE PRORROGAÇÃO E REVISÃO

As disposições da presente convenção, findo o prazo de sua vigência, deverão ser revistas total ou parcialmente, sendo indispensável, em qualquer hipótese, nova convenção coletiva de trabalho.

39. DIREITOS E DEVERES

As partes convenientes, bem como os empregados beneficiados, deverão zelar pela boa aplicação e observância do disposto nesta convenção.

40. PENALIDADES

No caso de descumprimento, por qualquer das partes, inclusive pelos empregados beneficiados, haverá a incidência da multa que houver sido especificada nas cláusulas supra.

41. DEPÓSITO PARA FINS DE REGISTRO E ARQUIVO

Compromete-se o primeiro convenente (Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Artefatos de Couro de São Leopoldo) a promover o depósito de uma via da presente Convenção Coletiva de Trabalho, para fins de registro e arquivo, na Delegacia Regional do Ministério do Trabalho no Estado do Rio Grande do Sul, consoante dispõe o art. 614, da Consolidação das Leis do Trabalho.

42. VIGÊNCIA


A presente Convenção Coletiva de Trabalho, em consonância ao disposto na cláusula 42 da Convenção anterior, protocolada junto à Delegacia Regional do Trabalho sob nº 46218.007816/2007-02 terá vigência pelo prazo de 1 (um) ano, a contar de 1º de maio de 2008.

Por estarem justos e acertados, e para que produza seus jurídicos e legais efeitos, assinam as partes convenientes a presente CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO, em 6 (seis) vias.

São Leopoldo, 30 de maio de 2008.

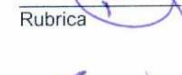

Ciro Francisco da Silva - Presidente - CPF n. 023.077.900-04
REPRESENTANTE DO SINDICATO DE TRABALHADORES



Rubrica


Otacilio Silveira Goulart Filho - OAB/RS 52.179 - CPF n. 324.622.040-91
PROCURADOR DO SINDICATO DE TRABALHADORES


Rubrica


Élio Eulalio Grisa - Presidente - CPF n. 004.586.270-20
REPRESENTANTE DO PRIMEIRO SINDICATO PATRONAL CONVENENTE


Rubrica


Charles Albino Augustin - Presidente - CPF n. 279.410.780-15
REPRESENTANTE DO SEGUNDO SINDICATO PATRONAL CONVENENTE


Rubrica


Gisele de Moraes Garcez - OAB/RS 68.534 - CPF n. 526.160.020-00
PROCURADORA DOS SINDICATOS PATRONAIS


Rubrica